

Amaury Silva

Ações Eleitorais

Teoria e Prática

4^a revista
EDIÇÃO atualizada
ampliada

2021

 EDITORA
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

SUMÁRIO

1. DIREITO ELEITORAL	29
2. PROCESSO ELEITORAL	37
2.1 Processo eleitoral e aplicação subsidiária do processo civil - CPC – Lei 13.105/2015	38
3. PROCESSO: CONCEITO E FINALIDADE	43
3.1 Processo eleitoral e seu caráter público	43
3.2 Processo coletivo	44
4. DIREITO DE AÇÃO	53
5. AÇÕES ELEITORAIS	57
5.1 Processo e procedimento	57
5.2 Modalidades de ações eleitorais	58
6. REGISTRO DE CANDIDATURA	61
6.1 Propostas defendidas pelo candidato	65
6.2 Homonímia não resolvida entre candidatos	67
6.3 Petição. Encaminhamento de prova de ser o candidato conhecido por determinada opção nominal	69
6.3.1 Prazo de domicílio eleitoral na circunscrição das eleições. Prazo de filiação partidária	71
6.3.2 Idade mínima para Vereador	71
6.3.3 Dispensa de documentação	72
6.3.4 Proibição de terceiro mandato para Prefeito em Município diverso. “Prefeito itinerante” ou “Prefeito profissional”.	72

6.4	Modelos	73
6.4.1	Petição. Acordo entre candidatos quanto à utilização do nome	73
6.4.2	Petição. Preferência. Registro anterior	74
6.5	Substituição de candidato	76
6.6	Candidato “sub judice”	78
7.	AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO AO REGISTRO DE CANDIDATURA (AIRC)	91
7.1	Legitimidade ativa	91
7.2	Capacidade postulatória	92
7.2.1	Litisconsórcio	94
7.2.2	Legitimidade do cidadão	95
7.3	Legitimidade passiva	95
7.4	Procedimento	97
7.5	Petição inicial e fundamentos de fato e de direito	97
7.6	Prazos e comunicação dos atos processuais	98
7.7	Defesa	99
7.8	Instrução e diligências	100
7.9	Alegações finais e decisão	108
7.10	Modelos	112
7.10.1	Petição. Impugnação de registro de candidatura. Inelegibilidade. Art. 1º, I, “a” (segundo caso – analfabetismo), Lei Complementar 64/90	112
7.10.2	Contestação em impugnação ao registro de candidatura	114
7.10.3	Petição. Impugnação de registro de candidatura. Inelegibilidade. Art. 1º, I, “e”, 1 (condenação criminal por órgão colegiado), Lei Complementar 64/90, alterada pela Lei Complementar 135/2010 (Lei da Ficha Limpa)	117
7.10.4	Contestação. Impugnação de registro de candidatura	119
8.	REPRESENTAÇÕES – PROPAGANDA ELEITORAL	125
8.1	Procedimento das representações por propaganda eleitoral ilícita	129

8.1.1	Poder de polícia e acordo sobre a propaganda eleitoral (termo de ajustamento de conduta e compromisso homologado pelo juiz eleitoral)	132
8.1.2	Responsabilidade de candidato e partido por sanção referente à propaganda eleitoral ilícita	134
8.1.3	Conexão de ações eleitorais	135
8.1.4	Propaganda intrapartidária e atos de pré-campanha	138
8.1.5	Propaganda eleitoral na internet. <i>Fakes News</i>	143
8.2	Modelos	148
8.2.1	Representação por propaganda extemporânea	148
8.2.2	Propaganda intempestiva. Defesa	150
8.2.3	Propaganda eleitoral em bem público. Representação	155
8.2.4	Propaganda eleitoral em bem particular de uso comum. Representação	156
8.2.5	Propaganda eleitoral em bens particulares. Locação de imóvel para sede. Defesa	158
8.2.6	Propaganda eleitoral. Mesas para distribuição de material de campanha e bandeiras ao longo das vias públicas. Falta de mobilidade	161
8.2.7	Propaganda eleitoral. Mesas para distribuição de material de propaganda e bandeiras. Apreensão. Defesa	164
8.2.8	Propaganda eleitoral. Representação para garantia da prioridade pelo aviso na realização de comício ...	167
8.2.9	Propaganda eleitoral. <i>Outdoor</i> . Representação	169
8.2.10	Propaganda eleitoral na imprensa. Divulgação na véspera das eleições. Medida cautelar de busca e apreensão. Representação	172
8.2.11	Propaganda eleitoral no rádio e na televisão	174
8.2.12	Propaganda eleitoral. Internet	176
8.2.13	Propaganda eleitoral. Direito de resposta	178
9.	CONDUTAS VEDADAS – REPRESENTAÇÕES	181
9.1	Condutas vedadas. Análise das proibições	181
9.2	Condutas vedadas. Procedimento	198

9.3	Condutas vedadas. Configuração e potencialidade de desequilíbrio do pleito eleitoral	198
9.4	Modelos	202
9.4.1	Condutas vedadas. Caso prático. Cessão de bem imóvel a partido para comitê	202
9.4.2	Condutas vedadas. Caso Prático. Comparecimento de candidato a inauguração de obra pública	205
9.4.3	Condutas vedadas. Caso prático. Defesa. Cessão de servidor	208
10.	REPRESENTAÇÕES - CAPTAÇÃO INDEVIDA DE SUFRÁGIO	213
10.1	Modelos	218
10.1.1	Representações. Captação indevida de sufrágio. Doação de material de construção. Inicial	218
10.1.2	Representações. Captação indevida de sufrágio. Promessa de emprego. Inicial	221
10.1.3	Representações. Captação indevida de sufrágio. Promessa de campanha. Defesa	223
11.	REPRESENTAÇÕES - CAPTAÇÃO OU GASTOS ELEITORAIS ILÍCITOS	233
11.1	Modelo	237
11.1.1	Representações – Captação ou gastos eleitorais ilícitos. Doação de entidades esportivas. Inicial ...	237
12.	INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL - ABUSO DO PODER ECONÔMICO, POLÍTICO, MEIOS DE COMUNICAÇÃO (AIJE)	241
12.1	AIJE. Procedimento	242
12.1.1	Potencialidade lesiva do ato e gravidade dos fatos ..	244
12.1.2	Compra de apoio político	244
12.1.3	Abuso de poder religioso	249
12.1.4	Prazo para ajuizamento da AIJE	254
12.1.5	Recursos	254
12.1.6	Efeitos do recurso	254
12.2	Modelos	255

12.2.1	Abuso de poder econômico. Contratação de cabos eleitorais. Inicial	255
12.2.2	Abuso de poder econômico. Intervenção de empresas com a utilização de recursos financeiros para favorecer candidato. Inicial	259
12.2.3	Abuso de poder econômico. Doação por terceiros de dinheiro e cestas básicas para entidade beneficiante atender a famílias carentes. Defesa	261
12.2.4	Abuso de poder político. Vereador-Presidente da Câmara Municipal que condiciona a inclusão em pauta, de projeto de lei que interessa a determinada empresa, à doação de valores para sua campanha eleitoral. Inicial	266
12.2.5	Abuso de poder político. Entrelaçamento com abuso de poder econômico. Utilização indevida de servidores públicos. Inicial	268
12.2.6	Abuso de poder político. Propaganda de terceiros. Insuficiência de provas. Defesa	273
12.2.7	Abuso de poder religioso. Entrelaçamento com abuso de poder econômico	277
12.3	AIJE. Abuso dos meios de comunicação	279
12.4	Modelos	285
12.4.1	AIJE. Uso abusivo dos meios de comunicação social. Entrevistas. Inicial	285
12.4.2	AIJE. Uso abusivo dos meios de comunicação social. Apoio de jornais. Defesa	288
13.	AIME – AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO	297
13.1	Procedimento	298
13.2	Segredo de justiça	298
13.3	Legitimados	299
13.4	Litispendência e coisa julgada	299
13.5	Modelos	301
13.5.1	AIME. Abuso de poder econômico. Utilização de veículos para transporte de eleitores no dia das eleições em desacordo com a Lei 6.091/74. Inicial	301

13.5.2	AIME. Corrupção. Captação de sufrágio. Compra de votos. Inicial	306
13.5.3	AIME. Fraude. Defesa	309
14.	RECURSO CONTRA A EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA	315
14.1	Inelegibilidade	316
14.2	Aplicação indevida do sistema de proporcionalidade eleitoral e erro quanto à definição do resultado	318
14.3	Diploma concedido ou negado com afronta à prova dos autos – art. 222, Código Eleitoral e art. 41-A, Lei 9.504/97. Prova pré-constituída	318
14.4	Modelos	322
14.4.1	Recurso contra a expedição de diploma. Petição. Inelegibilidade superveniente	322
14.4.2	Recurso contra a expedição de diploma. Contrarrazões. Inelegibilidade superveniente	325
15 .	FIDELIDADE PARTIDÁRIA – DESFILIAÇÃO – PERDA DE MANDATO ELETIVO	329
15.1	Modelos	341
15.1.1	Declaratória de justa causa para desfiliação partidária. Inicial. Discriminação política pessoal	341
15.1.2	Declaratória de justa causa para desfiliação partidária. Contestação. Discriminação pessoal	344
15.1.3	Ação de perda do mandato eletivo por desfiliação partidária sem justa causa. Inicial	348
15.1.4	Ação de perda do mandato eletivo por desfiliação partidária sem justa causa. Contestação	351
16.	RECURSOS ELEITORAIS	355
16.1	Modelos	358
16.1.1	Recurso eleitoral. Indeferimento de registro de candidatura	358
16.1.2	Recurso eleitoral. Impugnação de registro de candidatura	360
16.1.3	Embargos de declaração	363
16.1.4	Recurso eleitoral. Representação. Propaganda eleitoral	364

16.1.5	Recurso eleitoral. Representação. Conduta vedada ..	366
16.1.6	Recurso eleitoral. AIJE	368
16.1.7	Agravo de instrumento. AIJE	370
16.1.8	Recurso eleitoral. AIME	373
16.1.9	Recurso especial eleitoral	376
16.1.10	Recurso extraordinário	378
16.1.11	Mandado de segurança	381
17.	CRIMES ELEITORAIS	385
17.1	Conceito de membros e funcionários da Justiça Eleitoral	389
17.2	Regra específica do grau mínimo da pena abstrata	390
17.3	Pena de multa	390
17.4	Regras gerais do CP aplicáveis aos crimes eleitorais	391
17.5	Crimes cometidos por meio da imprensa	391
17.6	Crimes eleitorais: transação penal e suspensão condicional do processo	392
17.6.1	Crimes eleitorais: panorama jurisprudencial	394
17.7	Denúnciação caluniosa eleitoral. Compartilhamento de <i>fakes news</i> nas eleições. Art. 326-A e § 3º, Código Eleitoral (Lei 13.834/2019)	396
17.8	Processo penal eleitoral	407
17.9	O sistema do Juiz das Garantias aplica-se ao processo penal eleitoral?	416
17.10	Resolução n. 23.363/2011 – Tribunal Superior Eleitoral	418
17.11	Modelos	420
17.11.1	Peças criminais	420
17.11.1.1	Instauração de investigação policial. Crime de destruição de propaganda eleitoral. Requerimento ao delegado de polícia	420
17.11.1.2	Defesa preliminar	421
17.11.1.3	Alegações finais. Crime do art. 309, Código Eleitoral (votar ou tentar votar mais de uma vez, ou em lugar de outrem)	423
18.	DECISÕES ELEITORAIS	427
18.1	Prestação de contas. Candidato. Gastos sem recibos. Desaprovação	427

18.2	Criminal. Suborno a testemunha. Art. 343, Código Penal. Eleitoral. Competência da Justiça Federal. Declinação ...	430
18.3	Acesso à cópia de prestação de contas. Possibilidade	431
18.4	Duplicidade de filiação. Prevalência da mais recente. Cancelamento das demais	432
18.5	Mesários faltosos	434
18.6	Prestação de contas. Intempestividade. Conhecimento. Proporcionalidade. Aprovação	435
18.7	Prestação de contas. Candidato. Ausência de recibos. Desaprovação	438
18.8	Prestação de contas. Candidato desistente. Não abertura de conta. Aprovação. Razoabilidade	440
18.9	Prestação de contas. Partido. Desaprovação. Proporcionalidade na sanção	443
18.10	Propaganda eleitoral irregular. Poder de polícia. Notificação	446
18.11	AIME. Decisão saneadora	447
18.12	Captação indevida de recurso. Fonte vedada. AIME. Inépcia da inicial. Ausência de descrição quanto à gravidade dos fatos	450
18.13	Representação. Desrespeito ao limite de doação	456
18.14	Representação. Doação ilegal. Valores irrisórios	458
18.15	AIME. Candidaturas laranjas. Cotas de gênero	462
19.	QUADRO REFERENTE À LEGISLAÇÃO ELEITORAL ATUALIZADA	469
19.1	Quadro da legislação eleitoral referente ao adiamento das eleições/2020 em razão da COVID-19	471
20.	CONTEXTO DAS ELEIÇÕES/2020 E PANDEMIA PELA COVID-19. EMENDA CONSTITUCIONAL 107/2020	473
20.1	A previsão das eleições municipais	475
20.2	A pandemia como fator de comprometimento das eleições	476
20.2.1	O risco de adiamento	476
20.2.2	A Emenda Constitucional 107/2020	477

20.3	Mudanças nas datas dos pleitos de primeiro e segundo turno	478
20.4	Data flexível das eleições	478
20.5	Calendário eleitoral específico de 2020	479
20.6	Prazos remanescentes da Lei 9.504/97 e do código eleitoral	480
20.7	Disposições especiais do art. 1º, § 3º, EC 107/2020	481
20.7.1	Decisão de prestação de contas dos candidatos eleitos	481
20.7.2	Prazo especial para a representação relativa a conduta ilícita na arrecadação e gastos eleitorais	482
20.7.3	Convenções partidárias e distribuição de recursos do FEFC por videoconferência	482
20.7.4	Prazos extraordinários para desincompatibilização ..	483
20.7.5	Imitação dos atos de propaganda eleitoral	484
20.7.6	Gastos com publicidade institucional	484
20.8	Função normativa complementar da justiça eleitoral	487
20.9	Princípio da anualidade	488
20.10	Propaganda eleitoral	489
21.	COTAS RACIAIS ELEITORAIS	495
	BIBLIOGRAFIA	499